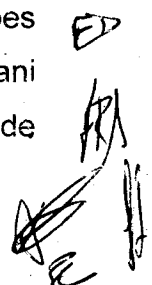
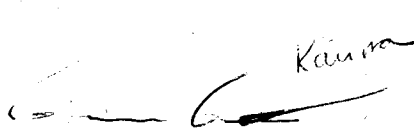


1 **ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE**
2 **CÂMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E**
3 **TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – CÂMPUS SALTO.** Aos quatorze dias do mês
4 de novembro do ano de dois mil e dezoito, a presidente Karina deu início à
5 reunião com a presença dos conselheiros: Francisco Diego Garrido Silva, Fábio
6 Lumertz Garcia, Ricardo Zani, Fernanda Romanezi da Silveira, Solange Floriano
7 Penteado Costa, Guilherme Marciano Gonçalves e Paulo Takeyama. Ausências
8 justificadas: Luis Antonio Ferrari, Daisy de Fátima do Amaral Aristides, João
9 Victor Barea, Anderson Jean Delconte, Matheus de Oliveira Ginna, Paulo
10 Henrique de Paula. Ausências injustificadas: José Carlos Grigoletto e Emilia
11 Lopes Borba. **I. EXPEDIENTE: Aprovação da ata da reunião extraordinária**
12 **anterior – dia 10/10/2018** Karina inicia com o expediente que é a aprovação da
13 ata da reunião anterior do dia 10 de outubro, passando-a aos conselheiros para
14 assinatura. **Aprovação Relatório PDI 2019-2023 (ad referendum em**
15 **10/10/2018)** Karina explica que o motivo de aprovar *ad referendum* o relatório do
16 PDI foi o prazo expirado para entrega à Comissão Central, passando para algum
17 conselheiro que quisesse fazer uso da palavra, não tendo nenhuma
18 manifestação em contrário. **II. ORDEM DO DIA: Assunto: Regulamentação de**
19 **procedimentos da CAAD – Câmpus Salto** A presidente Karina relembra que
20 na reunião do dia treze de junho foram apresentadas pelo Prof. Reinaldo Leite,
21 na qualidade de presidente da CAAD, propostas para regulamentação de
22 procedimentos originados na CAAD e, como causou polêmica em alguns
23 pontos, foi criado um grupo de trabalho formado pelos conselheiros docentes,
24 que ficaram de apresentar na data de hoje. Karina passa a palavra para Ricardo
25 Zani, que fazendo o uso da palavra, relata que, em reunião marcada entre os
26 docentes, excetuando-se os docentes conselheiros de campus, apenas os
27 professores William Portilho de Paiva e Vitor Chaves de Oliveira compareceram
28 para darem suas contribuições. O próprio presidente da CAAD não participou da
29 reunião. A conclusão do encontro, igualmente apresentada pelos conselheiros
30 na presente reunião, é de que, de acordo com o artigo vinte e três da resolução
31 nº 121/2015, a qual descreve o Regulamento de Atribuições de Atividades
32 Docentes, deverá ser constituída uma comissão para tratar de regulamentações
33 internas e complementação da resolução que trata da atribuição docente. Zani
34 fala, também, que a direção geral deve chamar eleição para a formação de



35 comissão para discutir e desenvolver o citado regulamento. Fábio explica que
36 não pode ser nomeada a comissão, mas deve ser eleita, pelo descrito no artigo
37 vinte três da resolução nº 121/2015. Karina questiona se não pode ser a própria
38 CAAD, Fábio, evocando novamente o supracitado artigo, reitera que deve ser
39 uma comissão criada para esse fim específico, uma vez que a CAAD apenas
40 aprova ou não a atividade docente, não tendo em sua criação o objetivo de criar
41 tal regulamento. Karina diz que as propostas que não geraram polêmica já foram
42 aprovadas pelo CONCAM. Diego diz que essas propostas foram aprovadas de
43 maneira incorreta pelo CONCAM, pois não era da competência da CAAD, mas
44 Fernanda expõe que o CONCAM pode regulamentar sobre pontos omissos.
45 Solange fala sobre o que é regulamentação e o que é caso omissos, por isso a
46 CAAD trouxe as propostas por não estarem regulamentadas, por isso omissos.
47 Solange questiona se não poderia esperar para a criação dessa comissão, sobre
48 os pontos já aprovados. Karina diz que a CAAD trouxe isso agora no 2º semestre
49 para estar regulamentado para a análise das próximas PITs. Fábio fala que os
50 pontos que foram aprovados são mais de interpretação. Karina diz que poderia
51 ter uma eleição já para poder ter essa comissão para a regulamentação para a
52 aprovação das PITs no início do ano de 2019. Zani levanta o ponto da resolução
53 que caso não haja docentes interessados a fazerem parte dessa comissão,
54 caberá à CAAD a regulamentação. Fábio salienta que é importante fazer pelo
55 caminho que a resolução elenca para não haver nenhum questionamento futuro
56 sobre a regulamentação. Diego diz que nada impede que os membros da CAAD
57 possam participar dessa comissão regulamentadora. Karina afirma que chamará
58 a eleição, mas pede que seja feita então uma reunião extraordinária do
59 CONCAM ainda esse ano. **Assunto: Normativa – Substituição, trocas e**
60 **reposições de aulas.** Karina informa que é uma demanda da CGP e da CAE,
61 pois são dois setores que estão diretamente ligados ao assunto. Estão há quase
62 um ano discutindo sobre o tema, o que resultou na proposta ora apresentada.
63 Karina informa ainda que desde fevereiro, foram feitas 520 solicitações de
64 trocas/reposições, 300 reposições de aulas, 220 trocas de aulas e 180
65 apontamentos de aulas não dadas, enfatizando que é algo trabalhoso e mexe
66 com a escola inteira. Karina convida Fernanda para a relatoria do assunto. Fábio,
67 pedindo a palavra, relata que não compreende a decisão da presidência do
68 CONCAM em entregar a relatoria de um tema totalmente relacionado a atividade

69 docente a um representante do segmento técnico-administrativo e que, em seu
70 entendimento, o mais apropriado seria que um docente fizesse a relatoria desta
71 pauta. Fernanda diz que foi procurar CGP e CAE para tentar entender como
72 funciona e quais os problemas. O que chamou a atenção da relatora é a
73 orientação sobre a reposição de aulas, que ocorresse apenas em casos
74 excepcionais. A substituição fala que substitui o conteúdo, e o que foi substituído
75 não precisaria compensar essa aula que foi dada. No caso de troca de aula,
76 envolve o coordenador de curso, CAE e o docente. Karina fala que a reposição
77 é complicada, pois o aluno deve vir em horário que não foi previamente
78 combinado; o que complica é essa troca de aula começar a ser frequente. Não
79 deve ser feita de maneira displicente. Zani cita fala da Profa. Vânia Gomes sobre
80 essa questão de reposição de aula, de que quando o docente entrega um
81 atestado para a CGP, ele não é obrigado a fazer a reposição. Karina fala que
82 não é esse o caso tratado na presente discussão. Fernanda fala que não é
83 obrigado, visto que se tem atestado de saúde, que é um direito do servidor e que
84 o problema é o impacto no conteúdo. Karina fala que é sobre o procedimento em
85 caso de reposição, caso seja por evento particular. O objetivo é não prejudicar o
86 horário do estudante. Karina fala que pelo fato de serem muitas
87 reposições/trocas o estudante tem seu horário prejudicado. Guilherme fala que
88 como aluno em Cubatão, quando o conteúdo já estava coberto, a reposição não
89 tinha alta frequência dos alunos. Caso seja falta particular, fica como falta
90 mesmo, com desconto na folha, em caso da não necessidade de conteúdo.
91 Solange fala que quando é uma falta por motivo que está em lei, a falta é
92 abonada automaticamente, mas quando acontece algum imprevisto, deve ser
93 conversado com o coordenador sobre a troca. Solange fala que o desconto é
94 sobre falta não prevista em lei, independentemente de ter dado o conteúdo,
95 ficando a falta lá. Sobre a compensação dessa falta, Solange diz que pode ser
96 conversado com a chefia imediata. Karina fala que esse procedimento de acordo
97 com a chefia não está certo. Em caso de imprevisto, deve ser repostado em até 30
98 dias, mesmo tendo avisado a chefia e ter tido alguém substituindo. Para o
99 desconto do dia, vai um formulário de justificativa para a CGP e há outro que vai
100 para a CAE, que indo diretamente para a CAE, não chegará à CGP. Discute-se
101 os prazos de entrega de atestados. Fábio pergunta a Fernanda qual a diferença
102 do que ela está propondo do que já é regulamentado. Fernanda explica para

8

3

10

8 Karina

103 Fábio que essa minuta deveria ser enviada para um grupo maior de professores
104 e fazer um levantamento sobre esses números citados por Karina. Fábio elucida
105 que existe diferença entre a falta como servidor e o conteúdo tratado previsto na
106 ementa da disciplina a ser supervisionado pelo coordenador. Karina fala que a
107 intenção era melhorar o fluxo de informações entre coordenadores de curso,
108 CAE e CGP. Durante a discussão acerca de reposição, troca e substituição de
109 aulas, enquanto a direção propunha novas prescrições e apresentava seu ponto
110 de vista de que o professor teria o direito de fazer reposições apenas em horários
111 onde o aluno já tivesse aula, o conselheiro Fábio Lumertz Garcia disse que, no
112 seu entendimento, o aluno matriculado em um curso integral deve oferecer
113 disponibilidade integral para aulas, sejam elas regulares ou substitutivas. Ainda,
114 o conselheiro, inclusive, elucidou que no caso do curso técnico
115 concomitante/subsequente, o qual ocorre em período noturno, as trocas e
116 reposições somente poderiam ser feitas em janelas do período da noite
117 (informando-se aos alunos) ou nas manhãs de sábado, neste caso, desde que
118 com a anuência de todos os alunos. Karina discorda e exemplifica que o regime
119 de 40 horas com dedicação exclusiva também prevê dedicação integral do
120 docente ao instituto, o que não acontece fora dos horários de aula. Karina acha
121 injusto o aluno vir em horário fora de sua aula porque um professor foi viajar, por
122 exemplo. Fábio afirma que por conta destes excessos, a DAE pode chamar o
123 coordenador e orientá-lo sobre autorização de trocas/substituições/reposições,
124 dado que quem conhece o curso e pode decidir se o horário da troca é ou não
125 prejudicial ao aluno é o docente responsável pelo curso, o coordenador. É
126 discutido o prazo de entrega do formulário de reposição. Fábio fala que, em seu
127 entendimento, essa regulamentação é excesso de burocracia. Luciano fala que
128 no web-diário deve ser fiel ao dia em foi dada a aula. Fernanda fala que seria
129 mais para a ciência dos citados. Fábio fala que gostaria de mais prazo para
130 estudar toda a legislação referente. Diego fala que fica triste em saber de um
131 excesso dessas trocas/substituições, mas não concorda com o excesso de
132 formulários em papel, dando prioridade para fazer pelo meio eletrônico, citando
133 legislação sobre eficiência com o uso de meio digital para atos administrativos,
134 além de sustentabilidade, e também sobre a certificação de assinatura em papel
135 e eletrônica. Acredita que isso deve ser feito em e-mail institucional, mas tendo
136 alguns depoimentos do excesso de e-mails. Mas diz que existe já no SUAP meio

137 para fazer essa comunicação, mostrando documento que veio "assinado"
138 digitalmente e também os trâmites realizados nos processos eletrônicos. Karina
139 diz que esse tipo de despacho eletrônico já está sendo utilizado pela DRG e CGP
140 em processos de licitação e homologações de resultados, e que é possível fazer
141 o *upload* do formulário preenchido eletronicamente. Diego cita o benefício de
142 conseguir baixar um relatório sobre esses números de faltas e substituições.
143 Paulo Takeyama fala que no CREA eles já utilizam via *intranet*, mas o que é
144 importante é o Instituto ter a estrutura para isso. Karina pergunta para Diego se
145 ele consegue esquematizar esse procedimento, tendo resposta afirmativa.
146 Karina pede que a palavra seja concedida ao Prof. Reinaldo Valle, o que é
147 autorizado pelos conselheiros. Valle diz estar falando como coordenador. O
148 estudante e família recebem o horário no início do ano e se programa sua
149 semana em cima dessa informação, sendo um acordo com ele. Quando é
150 rompido o acordo, chegam reclamações específicas, gerando um impacto da
151 imagem do câmpus para o aluno. Diz que essa formalização é muito importante,
152 dando ao coordenador a possibilidade de saber como está o andamento do
153 curso, além de saber onde está o professor que não está em sala. Fala que o
154 aluno é importante nesse processo e gera muita reclamação o número alto de
155 substituições/trocas de aulas. Valle fala que deve ser feita uma conscientização
156 aos docentes. Valle fala que o aluno deve estar ciente de substituição, sendo
157 uma escolha do aluno ir ou não. E que a falta do professor deve ter uma boa
158 razão. E muitos pais chegam ao coordenador cobrando e reclamando. Valle
159 pergunta a Solange se ele pode ter a escolha de não dar a concordância em
160 justificativas omissas de falta. Solange fala que o coordenador pode concordar
161 ou não quando não é previsto em lei. Sendo não aceito, o professor não irá repor.
162 Karina fala que se não é motivo legal, deve entregar ao coordenador uma
163 justificativa e pedido de reposição. Fábio fala que já existe esse procedimento,
164 Karina fala que é para resguardar o coordenador, pois há muito excesso. Fábio
165 fala que se não mudar a cultura, pode mudar o que for no procedimento que
166 nada mudará. Inclusive, Fábio fala que no procedimento atual já é necessário o
167 aval do coordenador para trocas/reposições/substituições. Valle fala que hoje ele
168 não tem a autonomia de simplesmente negar a anuência. Solange fala que
169 aparecem muitas faltas na virada do mês, mas que as justificativas devem ser
170 feitas no momento da falta. Valle fala que tem um limite mais claro do que pode

171 fazer ou não. Karina passa a palavra para Cathia, que fala que o documento
172 deve ser visto pelos professores, não pode ficar apenas na visão dos técnicos
173 administrativos. Fala que a dedicação exclusiva deve ser flexível, pois pode ser
174 feita em pesquisa. Questiona sobre o que são "aulas ministradas", conceito que
175 deveria ficar mais claro. Cathia fala que não está clara a diferença da
176 compensação de hora como servidor e da compensação do conteúdo de aula,
177 falando que o texto não está bom, pois as 40 horas podem ser feitas fora do
178 campus. Cathia fala que se fizer uma instrução de como preencher os 3
179 formulários é administrativo, mas quando fala de resolução de troca e
180 substituição de aula é um documento didático. Zani pergunta se é urgente,
181 Karina fala que sim, pois está tudo bagunçado. Karina fala que não entende
182 porque deve ser passado a todos os docentes, pois se trata de um documento
183 de fluxo administrativo. Lucas fala que fica complicado para a CAE por não estar
184 claro o que é "aula dada", sobre como apontar e com isso o coordenador pode
185 justificar. Cathia dá a ideia de chamar esses professores com muitas faltas para
186 conversar. Karina fala então para se fazer uma resolução para o fluxo. Guilherme
187 fala que seria interessante elencar o que são atividades complementares que
188 poderiam ser usadas para substituição de aula. Solange fala que isso ajudaria o
189 trabalho da CAE e da CGP. Edilson diz que está tentando criar um documento
190 para dar transparência e não cercear o trabalho do professor. Edilson fala que o
191 processo de licitação de cadeiras para a sala de aula foi feito inteiramente
192 eletronicamente, então o fluxo de justificativas foi feito todo pelo SUAP. Fábio
193 fala que deve constar na minuta o procedimento pelo SUAP. Karina fala que
194 pode ser enviado a todos os servidores, não só docentes, pois também influencia
195 o trabalho de algumas coordenadorias, além de colocar no texto a conceituação
196 de vários termos. Uma possibilidade seria não ter resolução agora e ter uma
197 instrução normativa, passando para um teste em 6 meses e depois estuda-se se
198 for necessário fazer uma resolução sob ampla discussão do corpo de servidores.
199 Diego fala que é interessante já colocar na instrução normativa todo o
200 procedimento via SUAP. Valle fala que não vê problema uma atividade diferente
201 ser vista como aula. Karina encaminha a minuta para ser feito um recorte do
202 fluxo para fazer uma instrução normativa. Karina fala que toda pauta enviada,
203 cada conselheiro pode encaminhar para seus pares o assunto e documentação.
204 Fernanda fala que a conversa da CAE com o coordenador pode ser feita

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including "Karina" and "6".

205 diretamente, mas o problema maior é quando chega à CGP. Solange fala que
206 só chega na CGP o que não foi resolvido. Karina fala então que o coordenador
207 passará para a CAE o que foi ajustado. Com isso, o que não foi
208 justificado/ajustado, será repassado à CGP. A proposta é encaminhar como
209 instrução normativa, e o que ficar com lacuna sobre o que é aula dada a direção
210 irá se alinhar com CAE, DAE e coordenador, e caso necessário, após 6 meses
211 faz-se discussão ampla. Em votação, foram 5 votos favoráveis e 2 abstenções.
212 Por entender necessária a descrição nominal dos votos, o que não foi realizado
213 na elaboração da ata, o Conselheiro Fabio Lumertz Garcia solicitou, *a posteriori*,
214 o registro de que se absteve da votação. Foi feito intervalo de 15 minutos.
215 **Assunto: Normativa – Compensação de horas (técnicos administrativos).**
216 Próximo assunto da pauta, Karina inicia dizendo que existe a mesma minuta para
217 resolução para os técnicos administrativos. Solange fala que como é apenas
218 administrativo, existe uma série de formulários, então foi criado um formulário
219 apenas com as informações concisas. Foram lidos alguns artigos. Solange
220 explica que também em previsão legal é abonado normalmente. No caso de
221 alguma falta não prevista, deve ser compensada até no mês seguinte. Por isso
222 a importância dessa resolução pois não há a forma de se fazer a compensação,
223 pois tem muita legislação, mas em documentos separados. Também serve para
224 a chefia imediata ter ciência. Solange explica que os casos de atraso em um dia
225 e compensação em outro não aparecem no ponto como problema, pois as horas
226 se completam, não sendo apontado erro. Fernanda fala que o atraso de ponto
227 não está respaldado legalmente. Aponta o artigo que fala do problema
228 tecnicamente comprovado do ponto que não deve constar. Fernanda aponta a
229 dúvida sobre critérios de abonar esquecimentos de apenas 2 vezes. Fábio
230 aventa a possibilidade de usar-se as imagens do circuito de câmeras como
231 registro de horário de entrada ou saída quando o servidor acusar esquecimento
232 de registrar seu ponto e houver dúvida sobre o horário. Fernanda aponta a falta
233 de respaldo aos coordenadores de apontar falta de seu coordenado. Karina diz
234 que devem ser chamados os servidores com recorrência de esquecimento.
235 Solange sugere que recorrência deve ser feita pela Direção Adjunta, mas
236 Karina fala que o coordenador deve ter essa responsabilidade. Karina pergunta
237 se retira ou que vai ser avaliado sobre esquecimento de bater o ponto. Solange
238 fala que deve ser pensado pela chefia. Lucas fala que pedir imagens é muito

239 perigoso, por isso não deveria ser pedido para comprovar a presença ou
240 ausência de algum servidor. Solange fala que esse documento é importante para
241 a CGP poder levar os casos recorrentes para a Direção Adjunta. Justificativas
242 recorrentes serão notificadas à Direção Adjunta. Karina fala que esse
243 encaminhamento da minuta para os administrativos está sendo aprovada como
244 resolução, mas os de docentes vai para consulta. Karina pergunta se entra
245 também como instrução normativa para poder ter o mesmo peso que o
246 documento feito para os docentes para ter isonomia. Diego diz que pode ser
247 também feito pelo SUAP. Guilherme questiona quem seria o responsável para
248 fazer um tutorial, um passo a passo de como fazer a justificativa eletrônica. Em
249 votação, a instrução normativa sobre compensação de horas para os técnicos
250 administrativos, tendo alteração de redação sobre justificativas recorrentes que
251 serão notificadas à Direção Adjunta, obteve 6 votos favoráveis. **Assunto:**
252 **Interrupção Temporária de Oferta de Vagas do ADS.** Diego pede para trocar
253 a ordem da pauta, passando para o último assunto que irá falar sobre a
254 suspensão de ADS, o que é aprovado por todos os conselheiros. Karina pergunta
255 aos conselheiros se a reunião pode ir até as 18:20. Todos concordam. Diego
256 passa a palavra para Profa. Ana Paula da Rosa. Ana agradece o espaço, diz que
257 pode parecer ser uma ação feita à revelia da decisão PDI 2014-2018, mas a
258 extinção de um curso passa por uma série de trâmites, que inclui o protocolo de
259 documentação da Instrução Normativa, mas o NDE acredita ser melhor pedir a
260 suspensão de 2 anos para melhor estudar sobre a extinção do curso. Diego
261 afirma que todos os procedimentos foram seguidos, inclusive trazer ao
262 CONCAM. Ana fala que na planilha de impacto não existe a "suspensão". Tendo
263 um cenário favorável futuramente, poderia ser colocado como curso noturno.
264 Outro ponto é a reformulação do PPC diante a discussão de currículo de
265 referência que cita porcentagem de carga horária. Em votação, foram 6 votos
266 favoráveis à suspensão do curso de ADS. **Assunto: Calendários Acadêmicos**
267 **e Calendário Administrativo** Passando para o próximo assunto da pauta, com
268 a relatoria de Fábio. Fábio apresentou alguns elementos de discussão da
269 proposta de calendário acadêmico para 2019 e questionou alguns pontos. Fábio
270 diz que seria importante a presença da Diretora Educacional Bruna para
271 participar da discussão, dado que a elaboração do calendário acadêmico é sua
272 responsabilidade. Fala que conferiu o número de semanas e dias letivos dos

273 cursos. Diz que conferiu e que no calendário administrativo não deveria ser
274 necessário colocar as ações docentes. Solange fala que poderia constar que em
275 janeiro poderia constar o horário reduzido. Karina acredita não ser necessário,
276 pois calendário é para apontar os dias, não horários. Valle fala que todos os
277 coordenadores da DAE participaram da construção do calendário, e que o
278 calendário administrativo não é de exclusividade para os técnicos
279 administrativos, mas de ações administrativas inclusive dos docentes, como por
280 exemplo a entrega de PIT que não são interessantes estarem nos calendários
281 dos alunos. Diego fala que os dias 20, 21 e 22 de junho parecem como recesso,
282 ficam como dias letivos. Pergunta sobre o CONCAM no dia 18 de dezembro e
283 não dia 11. Karina vê que dia 18 não tem mais aula. Fica então o dia 11 de
284 dezembro como reunião do CONCAM. Luciano fala que o calendário é uma
285 construção coletiva, que datas mais específicas caberiam aos interessados, mas
286 que não foi enviado por nenhum conselheiro. Karina pede então que inclua as
287 segundas quartas-feiras de todos os meses para reunião do CONCAM nos
288 calendários acadêmicos, pois discentes fazem parte deste conselho. Fábio
289 questiona sobre colocar o dia 25 de julho como data de entrega dos planos de
290 ensino, dado que as atividades docentes recomeçam neste dia e que o dia inteiro
291 é reservado a planejamento; Karina fala que o plano de ensino deve ser
292 apresentado para o aluno no início do semestre letivo. Cathia fala que discute
293 com os alunos os planejamentos de aulas, por isso foi pedido dias a mais para
294 a entrega do plano de aula, além de poder reunir-se com outros docentes para
295 planejarem atividades em conjuntos. Karina pergunta se é ilegal, Fernanda diz
296 que não. Zani fala que seria interessante 2 períodos para discutir o
297 planejamento. Karina questiona se pode ser entregue uma semana depois.
298 Luciano, autorizado pelos conselheiros, fala que há uma definição da DAE, mas
299 não sabe se pode ser mudado. Karina não vê problema em adiar a entrega,
300 desde que não tenha nenhuma ilegalidade. Fernanda afirma que o CONCAM
301 aprova ou não o calendário, não pode mudar os dias. Fábio fala que todos os
302 anos são feitos assim e que entende que o calendário pode ser discutido na
303 reunião do CONCAM. Valle fala que foi decidido em reunião de coordenadores.
304 Diego fala que se não for para discutir o calendário, não tem como aprová-lo.
305 Karina acredita não vê óbice. Fernanda fala que mudar uma data é mais
306 complicado. Karina fala que será registrado em ata e será enviado à DAE. Fábio

307 fala que início de período letivo em sexta feira não lhe parece eficiente, dada a
308 experiência do segundo semestre de 2018. Sugere, inclusive, que se estude a
309 possibilidade de se colocar o início das aulas dos cursos técnicos no dia 29,
310 colocando um sábado em agosto como atividades complementares, dando 2
311 dias de planejamento nos dias 25 e 26 de julho. Valle afirma que houve 2
312 consultas abertas a todos os servidores, e questiona por que Fábio e Diego estão
313 trazendo essas sugestões nesse momento, pois todas as decisões foram
314 fundamentadas nas reuniões com os coordenadores da DAE. Fábio, Zani e
315 Diego dizem que é interessante fazer isso. Diego fala que das outras vezes foi
316 feito assim, por isso trouxe sua análise para esse dia. Karina fala que esses
317 calendários foram apresentados para todos para fazerem suas contribuições
318 previamente via internet, e caso que eventuais alterações poderiam representar
319 "passar por cima" da comunidade. Zani pergunta se pode ser deixado para outro
320 dia a discussão do calendário, em uma reunião extraordinária. Karina fala que já
321 deixaram a regulamentação da CAAD para uma outra reunião, Karina então
322 pergunta se pode ser aprovado em dezembro, Luciano diz que sim. Fernanda
323 fala que o CONCAM pode fazer orientações, mas não simplesmente mudar dia
324 de início de aula. Karina diz então para todos estarem prontos para uma reunião
325 extraordinária para discutir esses assuntos. Finaliza a reunião as 18:35. Eu,
326 Cristiane Delegá da Silva, lavrei a presente ata, que depois de aprovada, será
327 assinada por mim, pela presidente e pelos conselheiros presentes.

328 Cristiane Delegá da Silva _____
329 Karina Ap. de Freitas Dias de Souza _____
330 Ricardo Zani _____
331 Fábio Lumertz Garcia _____
332 Francisco Diego Garrido Silva _____
333 Fernanda Romanezi da Silveira _____
334 Solange Floriano Penteado Costa _____
335 Guilherme Marciano Gonçalves _____
336 Paulo Takeyama _____